

ODEBRECHT SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

ODEBRECHT SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Odebrecht Serviços e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Odebrecht Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte.

Paralelamente e em decorrência da Operação Lava Jato, foram ajuizadas a partir de 2015 pelo Ministério Público Federal e Advocacia Geral da União ações de improbidade administrativa contra a Odebrecht S.A. ("Odebrecht"), algumas de suas controladas e certos ex-executivos, requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratar com o poder público, de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, dentre outras. Em relação ao mérito da cobrança e valores, com base na avaliação dos assessores legais da Odebrecht, entende-se que existem elementos nos processos que são passíveis de discussão e que podem levar à improcedência de determinadas sanções requeridas.

Em 01 de dezembro, a Odebrecht S.A., na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada Braskem S.A. ("Braskem"). Este acordo é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a Odebrecht S.A., na qualidade de controladora, se compromete a pagar, diretamente ou por intermédio de empresas do Grupo, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, sendo que nos seis primeiros anos com parcela anual de R\$ 80 milhões e parcelas progressivas nos anos seguintes, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples.

O referido acordo objetiva o reconhecimento dos ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao Ministério Público Federal e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Odebrecht, com apoio dessas autoridades, a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

A Braskem também firmou um Acordo Global de Leniência específico com o Ministério Público Federal, com o Department of Justice (DoJ) e com a Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos da América, em valor aproximado de R\$ 3.100 milhões. Permanece em andamento, ação coletiva (“class action”) movida nos Estados Unidos da América, que não pode ter seu montante estimado pela administração.

No entanto, em função das investigações que ainda estão em curso, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas sobre os impactos econômico-financeiros nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.15 e 25 às demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e seus respectivos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2015 (derivadas das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014), estão sendo reapresentadas para correção dos seguintes erros constantes das demonstrações originalmente apresentadas:

- Erros na apuração de tributos de exercícios anteriores e registro de contingência fiscal no valor de R\$ 82.082;
- Tributos reconhecidos de forma extemporânea pela controlada Braskem;
- Regularização de saldos reconhecidos indevidamente pelo método de porcentagem de conclusão (“POC”).

Demonstrações contábeis consolidadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis, a Odebrecht Serviços e Participações S.A. elaborou suas demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações contábeis individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria com ressalva de mesmo teor à ressalva descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, também datado de 29 de agosto de 2017. Essas demonstrações contábeis individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas reapresentadas da Odebrecht Serviços e Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram por nós examinadas com emissão de relatório em 29 de agosto de 2017, contendo ressalva de mesmo teor à descrita na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva” e parágrafos de ênfase de mesmo teor aos descritos na seção acima intitulada “Ênfases”.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2017.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2015 (Reapresentado)		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2015 (Reapresentado)
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	521	133.293	351	Fornecedores e subempreiteiros	4.694	8.184	19.091
Contas a receber de clientes (Nota 8)	99.140	92.445	163.127	Financiamentos (Nota 13)	8.162	11.869	23.299
Estoques	1.435	3.404	7.286	Salários e encargos sociais	902	441	13.843
Tributos a recuperar (Nota 9)	15.081	21.812	17.696	Tributos a recolher (Nota 14)	94.931	82.455	71.228
Dividendos a receber (Nota 11 (b))		288.863	81.125	Adiantamentos recebidos de clientes	34.936	81.882	29.899
Despesas antecipadas	2.586	2.762	3.302	Contas correntes com consorciadas (Nota 23)	92.672	86.687	79.025
Demais contas a receber	98	447	12.619	Demais contas a pagar	14.553	12.331	17.930
	<u>118.861</u>	<u>543.026</u>	<u>285.506</u>		<u>250.850</u>	<u>283.849</u>	<u>254.315</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos (Nota 13)	153.312	497.123	532.477
Imposto de renda e contribuição diferidos	88.317	68.952	61.214	Debêntures passivas (Nota 15)	946.400	467.973	492.557
Sociedades do Grupo Odebrecht (Nota 22)	816.589	641.258	720.307	Adiantamentos recebidos de clientes	181.129	177.948	341.116
Debêntures ativas (Nota 10)	812.074				<u>1.280.841</u>	<u>1.143.044</u>	<u>1.366.150</u>
Despesas antecipadas		2.518	4.821				
Demais contas a receber	10.539	4.327	3.461				
	<u>1.727.519</u>	<u>717.055</u>	<u>789.803</u>	Patrimônio líquido (Nota 16)			
Investimentos (Nota 11 (b))	1.052.477	636.284	2.206.631	Capital social	1.798.802	1.778.512	1.778.512
Imobilizado (Nota 12)	46.654	92.815	123.090	Reservas de lucros	2.013.546	2.223.570	1.098.794
Intangível	150	246	292	Ajuste de avaliação patrimonial	(2.398.378)	(3.439.549)	(1.092.449)
	<u>2.826.800</u>	<u>1.446.400</u>	<u>3.119.816</u>		<u>1.413.970</u>	<u>562.533</u>	<u>1.784.857</u>
Total do ativo	<u><u>2.945.661</u></u>	<u><u>1.989.426</u></u>	<u><u>3.405.322</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>2.945.661</u></u>	<u><u>1.989.426</u></u>	<u><u>3.405.322</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u> (Reapresentado)
Operações continuadas		
Receita líquida de serviços (Nota 17)	144.479	234.107
Custos dos serviços prestados (Nota 19)	<u>(103.362)</u>	<u>(85.629)</u>
Lucro bruto	41.117	148.478
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 19)	(29.346)	(82.948)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 19)	17.721	8.878
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11 (b))	<u>(167.433)</u>	<u>1.158.423</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	<u>(137.941)</u>	<u>1.232.831</u>
Resultado financeiro, líquido (Nota 18)	(113.028)	(127.082)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	<u>(250.969)</u>	<u>1.105.749</u>
Contribuição social e imposto de renda diferidos (Nota 20)	<u>19.320</u>	<u>7.737</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(231.649)</u>	<u>1.113.486</u>
Número de ações no final do exercício (em milhares)	<u>1.793.531</u>	<u>1.778.042</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico do exercício por lote de mil ações do capital social das operações continuadas no final do exercício - R\$	<u>(129,16)</u>	<u>626,24</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(231.649)	(Reapresentado) 1.113.486
Outros resultados abrangentes		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa de investida (Nota 16 (d))	52.525	(158.640)
Hedge de exportação de investida (Nota 16 (d))	853.147	(2.564.106)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira (Nota 16 (d))	134.188	251.677
Outros ajustes de avaliação patrimonial (Nota 16 (d))	1.311	123.969
Total do resultado abrangente do exercício	<u>809.522</u>	<u>(1.233.614)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Especial			
Em 1º de janeiro de 2015 - (Reapresentado)	1.778.512	60.026	248.094	790.674	(1.092.449)	1.784.857
Lucro líquido do exercício					1.113.486	1.113.486
Ajustes de avaliação patrimonial de controladas (Nota 16 (d))					(2.347.100)	(2.335.810)
Transações de capital com os sócios:					1.124.776	562.533
Constituição de reservas		60.069	300.348	764.359	(1.124.776)	
Em 31 de dezembro de 2015 - (Reapresentado)	1.778.512	120.095	548.442	1.555.033	(3.439.549)	562.533
Prejuízo do exercício					(231.649)	(231.649)
Ajustes de avaliação patrimonial de controladas (Nota 16 (d))					1.041.171	1.062.796
Transações de capital com os sócios:					(2.398.378)	1.393.680
Aumento de capital (Nota 16 (a))	20.290					20.290
Absorção do prejuízo do exercício				(210.024)	210.024	
Em 31 de dezembro de 2016	1.798.802	120.095	548.442	1.345.009	(2.398.378)	1.413.970

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2016	2015 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	(250.969)	1.105.749
Ajustes:		
Depreciação e amortização e exaustão (Nota 19)	44.102	67.287
Resultado de participações societárias (Nota 11 (b))	167.433	(1.158.423)
Variação na receita de contratos de construção (Nota 4.1 (c))	(46.251)	(51.625)
Perda com ativo imobilizado (Nota 12)	3.957	2.319
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	112.564	142.649
	30.836	107.956
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(4.917)	70.682
Estoques	1.969	3.882
Tributos a recuperar	20.987	(4.116)
Despesas antecipadas	2.694	2.843
Demais contas a receber	(7.642)	11.305
Fornecedores	(3.490)	(10.907)
Tributos a recolher	726	(2.175)
Adiantamentos recebidos de clientes	(694)	(59.560)
Demais contas a pagar	9.298	2.063
Caixa proveniente das operações	49.767	121.973
Juros pagos (Notas 13 (d) e 15 (d))	(284.131)	(41.195)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(234.364)	80.778
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado (Nota 12)	(1.802)	(39.285)
Debêntures ativa (Nota 10)		
Emissões	(212.059)	
Resgate de juros	5.808	
Dividendos recebidos (Nota 11 (b))	768.033	185.222
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	559.980	145.937
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dívidas de curto e longo prazo, líquida		
Captações (Notas 13 (d) e 15 (d))	876.287	5.701
Pagamentos (Notas 13 (d) e 15 (d))	(1.179.634)	(178.523)
Partes relacionadas		
Recursos recebidos	1.673.546	2.019.141
Recursos liberados	(1.848.877)	(1.940.092)
Aumento de capital	20.290	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(458.388)	(93.773)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(132.772)	132.942
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa, no início do exercício	133.293	351
Caixa e equivalentes de caixa, no final do exercício	521	133.293
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(132.772)	132.942

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("OSP" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Odebrecht S.A. ("ODB") e parte integrante do Grupo Odebrecht ("Grupo").

O seu principal ativo é a participação direta na controlada Braskem S.A. ("Braskem").

A controlada Braskem é uma sociedade por ações, de capital aberto no Brasil e com ações negociadas nas bolsas do Brasil e dos Estados Unidos da América, que em conjunto com suas controladas, conta com 40 unidades industriais, sendo 29 localizadas no Brasil, nos estados de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, 5 nos Estados Unidos, nos estados da Pensilvânia, Texas e Virgínia Ocidental, 4 no México e 2 na Alemanha.

Essas unidades atuam na produção de petroquímicos básicos e outros derivados de petróleo e resinas termoplásticas.

Além da participação na controlada Braskem, a Companhia atua no segmento de construção civil, principalmente através da participação no consórcio Usina Hidrelétrica Santo Antônio em Rondônia.

A Companhia encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2016 com prejuízo acumulado de R\$ 231.649 e apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante no montante de R\$ 131.989. Essa negativação decorreu, basicamente, da ausência de dividendos da investida Braskem em razão, principalmente, do reconhecimento da multa do Acordo de Leniência (Nota 1 (a)). A Administração da Companhia entende que essa situação é temporária em função das ações que estão sendo implementadas pelo Grupo, visando o fortalecimento da estrutura de capital e reestruturação financeira nos negócios com um programa estruturado de desmobilização de ativos que objetiva prover liquidez para o Grupo em um cenário de restrição ao crédito.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 29 de agosto de 2017.

(a) Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal ("MPF") e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht.

Em decorrência da Operação Lava Jato, foram ajuizadas a partir de 2015 pelo MPF e Advocacia Geral da União ("AGU") ações de improbidade administrativa contra a Odebrecht, algumas de suas controladas e certos ex-executivos, requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratar com o poder público, de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, dentre outras. Em relação ao mérito da cobrança e valores, com base na avaliação dos assessores legais da Odebrecht, entende-se que existem elementos nos processos que são passíveis de discussão e que podem levar à improcedência de determinadas sanções requeridas.

Em 22 de março de 2016, o Grupo divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato.

No que se refere à controlada Braskem e suas controladas, estas estão sujeitas a uma série de leis anticorrupção de países onde têm atuação, incluindo a lei 12.846/2013, ou Lei Anticorrupção Brasileira, que entrou em vigor em 28 de janeiro de 2014, e o US Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em março de 2015, no âmbito da Operação Lava Jato, foram tornadas públicas alegações de réus em procedimentos de natureza penal segundo as quais a Braskem estaria envolvida em pagamentos indevidos para obter benefícios em contratos de matéria-prima celebrados com a Petrobras.

Em vista de tais fatos, a Braskem imediatamente aprovou a contratação de escritórios de advocacia com ampla e comprovada experiência em casos similares nos Estados Unidos e no Brasil ("Escritórios Especializados") para a realização de uma investigação interna e independente sobre as alegações mencionadas no parágrafo anterior ("Investigação"), sob a supervisão e em colaboração com o "DoJ" - Department of Justice e a "SEC" - Securities Exchange Commission dos Estados Unidos. Até meados de julho de 2016, a Investigação não havia obtido elementos para comprovar a existência de fatos ilícitos na Braskem.

Ao final de julho de 2016, a Braskem recebeu novas informações sobre desvios, reveladas nas colaborações de seus ex-executivos, no âmbito do processo de cooperação da Odebrecht no contexto da operação Lava Jato.

A partir de informações contidas nessas colaborações, a Investigação confirmou a existência de pagamentos realizados entre 2006 e 2014 a terceiros a título de serviços prestados que não se mostraram efetivamente prestados. Esses pagamentos indevidos foram feitos a 3 empresas situadas no exterior e supostamente derivados da prestação de serviços de intermediação comercial. Essas empresas apenas repassavam os recursos para uma série de outras empresas, as quais, ao final, realizavam pagamentos ilícitos em benefício da Braskem em assuntos envolvendo o contrato de fornecimento de nafta celebrado com a Petrobras em 2009 e encerrado em 2014 e as emendas da lei tributária federal e estadual para obter incentivos fiscais e monetizar créditos fiscais a que a Companhia já tinha direito, conforme divulgado nos termos dos acordos com DoJ e SEC. O montante de pagamentos realizados pela Braskem a essas 3 empresas no período de outubro de 2006 a dezembro de 2014 corresponde a, aproximadamente, R\$ 513 milhões.

Procedimentos adicionais realizados após a conclusão da Investigação identificaram pagamentos realizados a um quarto agente entre novembro de 2005 e setembro de 2006 no valor aproximado de R\$ 44 milhões referentes ao mesmo esquema identificado pela Investigação. Uma vez que as novas descobertas estão relacionadas ao mesmo esquema identificado pela Investigação elas não apresentam riscos ao Acordo Global.

A Administração, não consegue prevê se a Companhia terá seus resultados afetados pela conclusão das referidas investigações e seus desdobramentos, seja na Companhia ou em suas controladas.

(b) Acordo Global com as autoridades

Em 1º de dezembro, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o MPF do Brasil, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem. Este acordo é parte de um Acordo Global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a ODB, na qualidade de controladora, se compromete a pagar, diretamente ou por intermédio de empresas do Grupo, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, sendo que nos seis primeiros anos com parcela anual de R\$ 80 milhões e parcelas progressivas nos anos seguintes, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples. O referido acordo objetiva o reconhecimento dos ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Odebrecht, com o apoio dessas autoridades, a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e exterior.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A controlada Braskem também firmou um Acordo Global com o MPF e o Departamento de Justiça Americana (DOJ), onde pagará às autoridades no Brasil e exterior, o valor total aproximado de US\$957 milhões, equivalentes a aproximadamente R\$ 3.100 milhões.

O Grupo se encontra adimplente frente aos seus compromissos assumidos nos termos do Acordo Global. Cabe ainda ressaltar que em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrências das denúncias e fatos ligados à Lava Jato, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais das empresas do Grupo.

Vale informar, ainda, que no âmbito do Acordo Global, o Grupo contratou escritório de advocacia especializado, com renome e reconhecimento no mercado, para dar seguimento às investigações internas, com o objetivo de apurar fatos e eventuais reflexos envolvendo suas controladas, executivos e ex-executivos, decorrentes de eventos relacionados a essa investigação, bem como com o propósito de se obter recomendações de melhoria nos controles internos e na governança corporativa.

No âmbito de suas operações no exterior, as empresas do Grupo seguem em discussões avançadas junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Até o presente momento já há acordos firmados com a República Dominicana e Equador, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras.

(c) Ações coletivas

Em 1º de julho de 2015, uma ação coletiva putativa foi movida contra a Braskem e alguns dos seus atuais e ex-diretores executivos no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York. Na demanda vigente, o Autor Líder, Boilermaker-Blacksmith National Pension Trust, alega que os Réus fizeram declarações falsas ou omitiram informações, causando o aumento do preço das ações da Braskem, violando a lei de valores mobiliários dos Estados Unidos. A Braskem contratou um escritório de advocacia dos Estados Unidos para lhe representar e apresentou um pedido de rejeição da denúncia (motion to dismiss) em 6 de julho de 2016.

No dia 31 de março de 2017 o juiz proferiu decisão sobre o pedido de motion to dismiss apresentado pela Braskem, acolhendo parcialmente os seus argumentos. Com relação às demais demandas, a ação coletiva está agora em fase de produção antecipada de provas.

Não é possível à Braskem prever o desfecho deste processo. A Braskem pode vir a ser declarada ré em outras ações na justiça. Além disso, a Braskem poderá ter de, conforme os limites legais e regulatórios aplicáveis, indenizar conselheiros, diretores e funcionários que se tornaram réus em ações coletivas de títulos e valores mobiliários e em quaisquer outras ações que possam ser movidas no futuro. O litígio exigiu tempo e dedicação significativos da Administração da Braskem e deve continuar exigindo tal tempo e atenção no futuro.

(d) Monitoria

Os compromissos assumidos perante as autoridades signatárias do Acordo Global buscam aprimorar os controles do Grupo. Dentre o escopo do monitoramento pode-se ressaltar a avaliação da adequação do sistema de conformidade visando o cumprimento das leis anticorrupção aplicáveis, bem como a implementação e eficácia dos controles internos dos processos de contratação, pagamentos e registros contábeis e documentais. Busca-se, assim, a geração de informações financeiras confiáveis e prevenção de práticas ilícitas. O Grupo terá pelo prazo de até 3 anos, dois monitores designados pelas autoridades americanas e brasileiras, que trabalharão em conjunto, de maneira coordenada, e terão como principal objetivo confirmar que cumprirão todos os compromissos firmados no Acordo Global.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhos específicos e direcionados à revisão de processos e implementação de melhorias de controles, incluindo os relacionados às atividades de contratação, pagamentos, registros contábeis e documentais, estão sendo conduzidos pelo Grupo no sentido de garantir informações financeiras confiáveis e prevenir atos ilícitos em sua operação.

(e) Ações da Administração

O Grupo possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo, baseadas nas melhores práticas, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos, conforme pode ser verificado abaixo.

Sistema de Conformidade

O Grupo iniciou o processo de implantação do Sistema de Conformidade, em 2014, com o objetivo de endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos seus Negócios, com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial. Entre os elementos do Sistema de Conformidade implementados ao longo de 2014 estão: (i) implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração; (ii) criação e plena operação dos Canais de Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral; (iii) criação do Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Em 2015, as ações do Sistema de Conformidade continuaram a ser executadas, incluindo a contratação de renomado escritório de advocacia internacional para avaliação de risco global de não conformidade com as legislações anticorrupção.

Em 22 de março de 2016, o Presidente do Conselho de Administração da ODB divulgou um compromisso público confirmando o propósito de aperfeiçoar o modelo de Governança e de Conformidade no Grupo, bem como de contribuir para o aprimoramento do contexto institucional no Brasil.

Adicionalmente, cumprindo seu compromisso contínuo de atuar com ética, transparência e integridade, em conformidade com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis aplicáveis, prezando pela conduta baseada em princípios e valores éticos, em abril de 2016, a ODB aprovou por meio de deliberação do seu Conselho de Administração:

- (i) a orientação para designação de conselheiros de Administração independentes na Odebrecht S.A., por entender que a presença de membros independentes no Conselho de Administração promove a diversidade e reforça a transparência e capacidade de julgamento independente, inclusive no que tange aos temas de Conformidade e Governança.
- (ii) a criação do Comitê de Conformidade na ODB e nas demais empresas do Grupo líderes de Negócios com o objetivo de assegurar o acompanhamento dos controles internos, da exposição a riscos e a efetiva supervisão do processo de elaboração dos relatórios financeiros. Este Comitê é formado por membros do Conselho de Administração. Dentre os membros, pelo menos um deve ser um conselheiro independente.
- (iii) o aperfeiçoamento da atuação e liderança do Responsável por Conformidade (Chief Compliance Officer), que passou a se reportar diretamente ao Comitê de Conformidade, sendo responsável também pela auditoria interna da Odebrecht S.A.
- (iv) a orientação aos membros dos Conselhos de Administração das empresas líderes de Negócios, indicados pela Odebrecht S.A., para que promovam as medidas de aperfeiçoamento da Governança e Conformidade nas respectivas Empresas nos termos dos itens de (i) a (iii) acima.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Convicta sobre a permanente necessidade de atualizar as Políticas do Grupo, inclusive aquelas sobre Conformidade, e acreditando que a efetividade no trato dos temas sobre Conformidade fortalece e protege cada Negócio e todo o Grupo, a ODB em 8 de novembro de 2016, aprovou por meio de deliberação do seu Conselho de Administração a "Política da Odebrecht S.A. sobre Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente".

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas pela administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações, apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras individuais, foram examinadas pelos auditores independentes, que emitiram seu relatório, com data 29 de agosto de 2017 e estão disponíveis na sede da Companhia.

2.2 Ativos financeiros

2.2.1 Classificação

A Companhia e controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se tiver sido adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Derivativos são também classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados a partir da data do balanço (estes são classificados como ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Sociedades do Grupo Odebrecht", "Contas correntes com consorciadas", "Financiamentos", "Dividendos a receber" e "Demais contas a receber".

2.2.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo).

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente pelo seu valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro, líquido" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos não derivativos, de controladas, com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.2.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.2.4 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

A Companhia avalia ao final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos não financeiros

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo do ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

2.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para créditos de realização duvidosa (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

2.4 Estoques

Os estoques de peças e materiais para aplicação nas obras são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.5 Sociedades do Grupo Odebrecht

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos pelo instrumento contratual "Contrato de conta corrente e gestão única de caixa", firmado entre as empresas do Grupo. A natureza das operações é de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações e não há incidência de encargos financeiros.

2.6 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

2.7 Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia adotou o CPC 36, o qual permite a avaliação e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial para fins de mensuração, contabilização e apresentação das investidas nas demonstrações financeiras separadas. A mesma política contábil foi adotada para todos os períodos apresentados.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

A Companhia possui participação em consórcio para operações em conjunto que está sendo avaliado pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, reconhecendo sua parcela sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio.

2.8 Imobilizado

É composto, substancialmente, por máquinas e equipamentos aplicados nos contratos de construção civil.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu a revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

2.9 Fornecedores e subempreiteiros

Fornecedores e subempreiteiros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos e as debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Nesse caso, são classificados como passivo não circulante.

2.11 Contas correntes consorciadas

A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de impostos sobre a renda e contribuição social dos exercícios compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Os encargos de impostos sobre a renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social, esta última no caso de investimentos no Brasil, e os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas dos tributos vigentes na data de publicação do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.13 Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora ODB, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas.

A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total atualizado das quotas dos participantes. Nos termos do regulamento do plano de contribuição definida, não se poderá exigir nenhuma contribuição em pagamento por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 192 (2015 - R\$ 469).

A administração avalia tratar-se de plano de contribuição definida, em que o risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, para fins de aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados.

2.14 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receita de contratos de construção

A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data base das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

A receita de construção superior as receitas apropriadas é registrada na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes", no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Caso a receita de construção seja inferior às receitas apropriadas, a diferença é registrada na rubrica "Contas a receber de clientes", no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

As contas a receber e os adiantamentos de clientes para o mesmo cliente são compensadas e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, visto que refletem a essência das operações e o modo como a administração monitora a carteira de clientes e realiza os respectivos ativos e passivos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 Reapresentação

As demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015 e os respectivos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2015, bem como os efeitos de resultado e fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentadas em conformidade com o Pronunciamento CPC-23 (Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros) para refletir os impactos demonstrados na Nota 25 e são decorrentes de:

- (i) erros na apuração de tributos de exercícios anteriores e registro de contingência fiscal no valor de R\$ 82.082. A referida contingência está registrada na rubrica de "Prejuízos Acumulados" da Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.
- (ii) tributos reconhecidos de forma extemporânea pela controlada Braskem. Essa reapresentação decorre de erro material e, por essa razão, a controlada Braskem está apresentando o balanço de abertura em 1º de janeiro de 2015. Por conta da reapresentação dessas demonstrações financeiras, a Administração da controlada Braskem decidiu reconhecer outros ajustes em exercícios anteriores.
- (iii) regularização de saldos reconhecidos indevidamente pelo método de porcentagem de conclusão ("POC").

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") mas não estão em vigor para o exercício de 2016:

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes) – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis, estão contempladas abaixo.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia usa seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconhecimento de receita

A Companhia usa o método POC para contabilizar seus contratos de construção.

O uso do método POC requer que a Companhia estime o estágio de execução de cada contrato até a database do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

3.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta aos riscos de mercado decorrente de variações de taxas de juros, indexadores de preços e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(a) Exposição a riscos de taxas de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação do CDI diário.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica.

São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calculam o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exposição a riscos de indexadores de preços

Parte considerável dos contratos nos quais a Companhia encontra-se engajada são contratos a preço fixo. As margens reais de lucro desses contratos podem variar com relação às margens estimadas quando do orçamento de custos no momento da proposição do preço contratual, em decorrência de variações significativas não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; dificuldades em obter financiamentos necessários para a execução do contrato ou em obter permissões ou aprovações governamentais; alterações de projeto resultando em custos inesperados; atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de subempreiteiros e/ou fornecedores contratados.

Com o objetivo de minimizar os riscos de indexadores de preços, os contratos a preço fixo performados pela Companhia tem seus orçamentos revisados periodicamente, incluindo nos orçamentos revisados, as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados, sendo política da Companhia discutir a cobrança de pleitos em relação ao preço contratual, resultando em futuros aditivos contratuais que acrescem valor ao referido preço contratado, em decorrência das variações verificadas. Tais aditivos são registrados contabilmente quando da assinatura.

(c) Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

A Companhia busca manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) buscar uma adequada pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que a administração está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, respeitando as diretrizes gerais do Grupo.

A diversificação das carteiras de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Para mitigar esse risco de inadimplência, a Companhia tem como mecanismo de proteção a prestação do serviço de engenharia e construção mediante faturamentos periódicos antecipados aos clientes, que em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 46.251 (2015 - R\$ 51.625).

(d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria do Grupo.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Gestão de capital

A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazos) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

	2016	2015
		(Reapresentado)
Total dos financiamentos e debêntures (Nota 13 e 15)	1.107.874	976.965
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(521)	(133.293)
Dívida líquida	1.107.353	843.672
Total do patrimônio líquido	1.413.970	562.533
Total do capital	2.521.323	1.406.205
Índice de alavancagem financeira - %	44%	60%

6 Instrumentos financeiros por categoria

	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	521	133.293
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	109.777	97.219
Dividendos a receber		288.863
Sociedades do Grupo Odebrecht (Nota 22)	816.589	641.258
Debêntures (Nota 10)	812.074	
	1.738.961	1.160.633
Outros passivos financeiros		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos e debêntures	1.107.874	976.965
Fornecedores e subempreiteiros	4.694	8.184
Contas correntes com consorciadas	92.672	86.687
Demais contas a pagar	14.553	12.331
	1.219.793	1.084.167

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Recursos em caixa e bancos	20	1.841
Aplicações financeiras	501	131.452
	521	133.293

As aplicações financeiras da Companhia são de curto prazo (prazo original de até 90 dias), apresentam alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, além de estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8	Contas a receber de clientes	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	Contas a receber de clientes privados (i)	<u>99.140</u>	<u>92.445</u>
		<u>99.140</u>	<u>92.445</u>

A composição do contas a receber de clientes, por vencimento é a seguinte:

	2016	2015
Títulos vencidos:		
Até 90 dias	8.234	81.056
De 91 a 180 dias	4.606	761
A partir de 180 dias	<u>86.300</u>	<u>72.645</u>
Total da carteira de clientes	<u>99.140</u>	<u>154.462</u>

(i) Os saldos mantidos pela Companhia são referentes ao contrato da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

A Administração da Companhia não prevê perdas na realização destes créditos.

9	Tributos a recuperar	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	PIS e COFINS	6.845	9.919
	Imposto de renda e contribuição social	7.412	7.523
	Outros	<u>824</u>	<u>4.370</u>
	Total	<u>15.081</u>	<u>21.812</u>

10 Debêntures ativas

Aquisição	Série	Quantidade	Valor unitário - R\$	Vencimento	Valor principal	31 de dezembro de 2016
15/02/2016	Única (i)	517.000	992	Mai-2029	517.111	585.390
27/07/2016	Única (i)	169.000	1.255	Jul-2019	<u>212.059</u>	<u>226.684</u>
					<u>729.170</u>	<u>812.074</u>

(i) A remuneração das debêntures está indexada à variação acumulada das taxas médias diárias da Selic +2,5% ao mês, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Debêntures firmado junto ao BNDESPAR.

O objetivo dessa emissão foi firmado no contexto de um amplo processo de reestruturação de dívidas de responsabilidade da Odebrecht Agroindustrial S.A. ("OAI") e de suas controladas perante diversos credores.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das debêntures ativas

	<u>2016</u>
Novas emissões (i)	729.170
Apropriação de juros	88.712
Resgate de juros	<u>(5.808)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>812.074</u></u>

(i) O montante de R\$ 517.111 a OSP recebeu via assunção de dívida pertencente a OAI.

11 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica investimentos é composto pela participação direta detida na controlada Braskem.

A Companhia detém o controle da Braskem com 50,11% de ações do capital votante e 38,38% do capital total.

(a) Investimentos – Braskem

	<u>2016</u>	<u>2015</u> (Reapresentado)
Quantidade de ações preferenciais possuídas	305.517.121	305.517.121
Participação direta (%)	38,38%	38,38%
Patrimônio líquido	2.742.217	1.657.852
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(436.224)	3.018.293

(b) Movimentação – Braskem

	<u>2016</u>	<u>2015</u> (Reapresentado)
Saldo no início do exercício	636.284	2.206.631
Dividendos propostos (i)	(479.170)	(392.960)
Resultado de participações societárias	(167.433)	1.158.423
Resultado de exercícios anteriores	21.625	11.290
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16 (d))	<u>1.041.171</u>	<u>(2.347.100)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>1.052.477</u></u>	<u><u>636.284</u></u>

(i) Em abril de 2016, a Companhia recebeu dividendos propostos pela Controlada Braskem referentes ao exercício de 2015 R\$ 288.863 e adicionalmente em outubro de 2016 recebeu dividendos intermediários também propostos por essa controlada no montante de R\$ 479.170.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo	412.057	2.914	192.054	15.891	622.916
Depreciação/exaustão acumulada	(311.038)	(1.467)	(183.267)	(4.054)	(499.826)
Saldo em 01 de janeiro de 2015	101.019	1.447	8.787	11.837	123.090
Aquisições	28.437		783	10.065	39.285
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão	(1.939)	(109)	(8)	(263)	(2.319)
Transferências	16.169			(16.223)	(54)
Depreciação/exaustão	(58.321)	(278)	(8.095)	(493)	(67.187)
Saldo contábil	85.365	1.060	1.467	4.923	92.815
Custo	445.088	2.676	187.218	9.148	644.130
Depreciação/exaustão acumulada	(359.723)	(1.616)	(185.751)	(4.225)	(551.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	85.365	1.060	1.467	4.923	92.815
Taxas anuais de depreciação (%)	1,3 a 20	10	10 a 25	até 20	

	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo	445.088	2.676	187.218	9.148	644.130
Depreciação/exaustão acumulada	(359.723)	(1.616)	(185.751)	(4.225)	(551.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	85.365	1.060	1.467	4.923	92.815
Aquisições	1.628		170	4	1.802
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão	(797)	(462)		(2.698)	(3.957)
Depreciação/exaustão	(42.647)	(207)	(840)	(312)	(44.006)
Saldo contábil	43.549	391	797	1.917	46.654
Custo	427.214	1.283	179.846	5.211	613.554
Depreciação/exaustão acumulada	(383.665)	(892)	(179.049)	(3.294)	(566.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.549	391	797	1.917	46.654
Taxas anuais de depreciação (%)	1,3 a 20	10	10 a 25	até 20	

13 Financiamentos

	Encargos financeiros anuais	2016	2015
Moeda nacional			
Cédulas de crédito bancário (a)		134.246	467.973
Finame (b)	TJLP + 0,95% a 3,90% / juros pré-fixados de 3,5% a 4,5%	27.228	41.019
Total Financiamentos		161.474	508.992
(-) Passivo circulante		(8.162)	(11.869)
Passivo não circulante		153.312	497.123

(a) Cédula de Crédito Bancário – CCB

Em 23 de novembro de 2013, a OSP emitiu Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) no montante de R\$ 518.000, divididas em 4 séries, em favor do Banco do Brasil S.A.

O objetivo desta emissão foi o de obtenção de fundos para serem utilizados na liquidação antecipada da 1ª emissão de debêntures ocorrida em 11 de março de 2010 (1.030.000.000) debêntures não conversíveis em ações, divididas em 5 séries de 206.000.000 unidades cada, em favor de Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Pentágono”), detalhada na Nota 15.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição de encargos e vencimentos finais da CCB está demonstrada abaixo:

Série	Vencimento	Encargos financeiros anuais	2016	2015
2 (i)	nov-18	2,35% a 2,45% + CDI		65.523
3 (i)	nov-19	2,35% a 2,55% + CDI		209.859
4	nov-20	2,35% a 2,60% + CDI	134.246	192.591
			<u>134.246</u>	<u>467.973</u>

(i) As séries 2 e 3 foram liquidadas antecipadamente.

(b) Finame

As compras financiadas de equipamentos, veículos e serviços utilizados no curso normal dos negócios da Companhia são realizadas através de linhas de repasse do BNDES (FINAME), onde os mesmos são dados em garantia.

(c) Prazo de vencimento

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2016	2015
2017		8.372
2018		73.166
2019 em diante	153.312	415.585
	<u>153.312</u>	<u>497.123</u>

(d) Movimentação de CCB e Finame

	2016	2015
Saldo no início do exercício	508.992	555.776
Captações	596.383	5.701
Liquidação de principal	(884.475)	(104.746)
Pagamento de juros	(128.036)	(22.362)
Apropriação de juros	68.610	74.623
Saldo no final do exercício	<u>161.474</u>	<u>508.992</u>

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Tributos a recolher

	2016	2015 (Reapresentado)
IRRF de colaboradores		322
IRRF de terceiros	59.143	49.425
Imposto de renda e contribuição social	35.676	32.659
Outros	112	49
Total	94.931	82.455

15 Debêntures Passivas

	2016	2015
Agente Fiduciário		
Planner Corretora de Seguros S.A ("Planner") (a)	812.154	
Pentágono (b)	134.246	467.973
Total	946.400	467.973

- (a) Em 15 de fevereiro de 2016, a Companhia emitiu 517.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$ 517.111, em favor da Planner.

Em 27 de julho de 2016, a Companhia emitiu 169.000 debêntures, no montante de R\$ 219.478, em série única, através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Debêntures firmado junto à Planner.

As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis desde a data de emissão até a respectiva data de subscrição.

Emissão	Série	Valor unitário R\$	Vencimento	Remuneração	Pagamento de juros e amortização de principal	31 de dezembro de 2016
15/02/2016	Única	992	Mai-2029	2,35% a 2,60% + SELIC	No vencimento	585.470
27/07/2016	Única	1255	Jul-2019	2,35% a 2,60% + SELIC	No vencimento	226.684
						812.154

O objetivo destas emissões encontra-se descrito na Nota 10.

- (b) Em 29 de outubro de 2013, a Companhia emitiu 518.000 debêntures no montante de R\$ 518.000 não conversíveis em ações, em favor da Pentágono.

Série	Valor unitário R\$	Vencimento	Remuneração	Pagamento de juros e amortização de principal	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2 (i)	1.000	nov-18	2,35% a 2,45% do CDI	No vencimento		65.523
3 (i)	1.000	nov-19	2,35% a 2,55% do CDI	No vencimento		209.859
4	1.000	nov-20	2,35% a 2,60% do CDI	No vencimento	134.246	192.591
					134.246	467.973

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) As séries 2 e 3 foram liquidadas antecipadamente.

O objetivo destas emissões, juntamente com a Cédula de Crédito Bancário, descrita na Nota 13, foi o de obtenção de fundos para serem utilizados na liquidação antecipada da 1ª emissão de debêntures, emitida em 11 de março de 2010 (1.030.000.000) debêntures não conversíveis em ações, divididas em 5 séries de 206.000.000 unidades cada, em favor da Pentágono).

(c) Compromissos formais das Debêntures ("Covenants")

A Companhia deverá cumprir, pelo prazo total das debêntures, as principais obrigações:

- Não distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas da Companhia;
- Não prestar garantia a terceiros ou dar seus ativos em garantia a qualquer outra operação financeira sem prévia anuência dos debenturistas;
- Não deter participação acionária direta ou indireta em outra empresa que não a Braskem ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela ODB; e
- Não alterar a política de dividendos da Braskem, estabelecida no estatuto social.

(d) Movimentação das debêntures passivas

	2016	2015
Saldo no início do exercício	467.973	492.557
Novas emissões (i)	797.015	
Liquidação de principal	(295.159)	(73.777)
Pagamento de juros	(156.095)	(18.833)
Apropriação de juros	132.666	68.026
Saldo no final do exercício	<u>946.400</u>	<u>467.973</u>

(i) O montante de R\$ 517.111 a OSP recebeu via assunção de dívida com a OAI.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.798.802 (2015 - R\$ 1.778.512), sendo representado por 1.793.531.148 (2015 - 1.778.041.981) ações nominativas, das quais 1.056.202.617 (2015 - 1.040.713.450) são ações ordinárias e 737.328.531 (2015 - 737.328.531) são ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 28 de julho de 2016, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 20.290, com a emissão de 15.489.167 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Apropriações do lucro

De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

(ii) Reserva especial

É constituída na existência de dividendo mínimo obrigatório a distribuir, quando não há condições financeiras para seu pagamento, situação em que se utilizará do expediente previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei nº 6404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente.

(c) Absorção do prejuízo

Conforme disposto no parágrafo único do artigo 189 da Lei das S.A., o prejuízo do exercício da Companhia foi integralmente absorvido por parte do saldo da Reserva de lucros a realizar.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, embora pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	2016	2015 (Reapresentado)
Saldo no início do exercício	(3.439.549)	(1.092.449)
Hedge de fluxo de caixa de investida	52.525	(158.640)
Hedge de exportação de investida	853.147	(2.564.106)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	134.188	251.677
Outros ajustes de avaliação patrimonial	1.311	123.969
Saldo no final do exercício	<u>(2.398.378)</u>	<u>(3.439.549)</u>

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receitas Líquidas de serviços

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de serviços		
Mercado interno	146.889	240.006
	146.889	240.006
Deduções da receita		
Tributos (ISS, Pis e Cofins)	(2.410)	(5.899)
	(2.410)	(5.899)
Receitas Líquidas	<u>144.479</u>	<u>234.107</u>

18 Resultado financeiro, líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Reapresentado)
Receitas financeiras		
Receitas com juros	37	5.585
Variações monetárias	207	75
Receita com instrumentos financeiros	88.712	
Outros	16.946	23.476
Total	<u>105.902</u>	<u>29.136</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(192)	(133)
Descontos concedidos		(193)
Despesas com juros	(206.667)	(147.424)
Tributos sobre operações financeiras	(5.216)	(893)
Variações cambiais	(132)	(7.426)
Variações monetárias	(58)	(98)
Outros	(6.665)	(51)
Total	<u>(218.930)</u>	<u>(156.218)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(113.028)</u>	<u>(127.082)</u>

19 Despesa por natureza

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Reapresentado)
Classificadas por natureza:		
Matéria-prima, insumos e materiais de uso e consumo	(48.862)	(84.322)
Despesas com pessoal	(29.111)	(80.095)
Serviços de terceiros	(8.587)	63.678
Despesas tributárias	(1.805)	(393)
Depreciação, amortização e exaustão	(44.102)	(67.287)
Fretes	(241)	(158)
Outras receitas (i)	17.721	8.878
Total	<u>(114.987)</u>	<u>(159.699)</u>
Classificadas por função:		
Custos dos serviços prestados	(103.362)	(85.629)
Gerais e administrativas	(29.346)	(82.948)
Outras receitas operacionais, líquidas	17.721	8.878
Total	<u>(114.987)</u>	<u>(159.699)</u>

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O valor de outras receitas refere-se, substancialmente, à venda de imobilizado ocorrida em 2016.

20 Despesa de imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CSL")

	2016	2015 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSL	(250.969)	1.105.749
IR e CSL - calculado à alíquota de 34%	85.329	(375.955)
Ajustes permanentes líquidos nas bases de cálculo do IR/CSL	(66.009)	383.692
Efeito do IR e CSL no resultado	<u>19.320</u>	<u>7.737</u>
Composição do IR e da CSL:		
IR e CSL ajustes de períodos anteriores	(46)	
IR e CSL diferidos	<u>19.366</u>	<u>7.737</u>
Total do IR e CSL no resultado	<u>19.320</u>	<u>7.737</u>

21 Cobertura de seguros (não auditado)

A uniformidade no tratamento de riscos no Grupo é assegurada através da sua Política de Seguros e da Política Financeira e de Garantias ("Políticas"), que definem os conceitos básicos, diretrizes gerais e competências para a contratação e administração dos mesmos e para o relacionamento com o mercado segurador.

As Políticas, que incluem seguros e garantias contratados junto a seguradoras: (i) são observadas pela ODB; (ii) servem de orientação à elaboração de Política de Seguros e Política Financeira e de Garantias das empresas de capital aberto controladas pela ODB; e (iii) servem como referência para voto dos seus representantes na aprovação de políticas semelhantes nas empresas com empresariamento ou controle compartilhado.

A OCS, subsidiária integral da ODB com experiência internacional e atuação global, em alinhamento com a ODB, é responsável pela aplicação da Política e pelo apoio ao empresariamento do risco no âmbito do Grupo, assegurando a contratação a preço certo das coberturas adequadas a cada contrato.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Política foi cumprida em toda sua extensão, não havendo notícia de qualquer risco sob o amparo das Políticas que não tenha sido devidamente analisado e mitigado, ou de ocorrência de sinistro sem cobertura adequada.

22 Sociedades do Grupo Odebrecht

Os saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos pelo instrumento contratual "Contrato de conta corrente e gestão única de caixa", firmado entre as empresas do Grupo. A natureza das operações é de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações e não há incidência de encargos financeiros.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo em 31 de dezembro de 2016, registrado no ativo não circulante, correspondente a créditos com a CNO.

Movimentação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do exercício	641.258	720.307
Adições	1.848.877	1.940.092
(-) Baixas	<u>(1.673.546)</u>	<u>(2.019.141)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>816.589</u></u>	<u><u>641.258</u></u>

23 Contas correntes com consorciadas

A Companhia apresenta saldo de contas a pagar no valor de R\$ 92.672 (2015 – R\$ 86.687) referente a transações relacionadas a obra para a construção da UHE Santo Antonio.

24 Provisões para contingências trabalhistas e cíveis

Nas demonstrações contábeis da Companhia, não foram constituídas provisões para fazer frente a discussões do consórcio Usina Hidrelétrica Santo Antonio, referentes a ações cíveis, cujo montante no percentual de participação da Companhia no consórcio representa R\$ 770.019 e referente a reclamações trabalhistas no montante de R\$ 5.261. A Administração e seus assessores jurídicos externos, consideram a perda nessas demandas como possível.

25 Reapresentação

As demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015 e os respectivos saldos de abertura estão sendo reapresentados para refletir os impactos tributários destacados na Nota 2.15.

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2015

Ativo	Publicado	Efeitos de reapresentação	Reapresentado	Passivo e patrimônio líquido	Publicado	Efeitos de reapresentação	Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	351		351	Fornecedores e subempreiteiros	19.091		19.091
Contas a receber de clientes	163.127		163.127	Financiamentos	23.299		23.299
Estoques	7.286		7.286	Salários e encargos sociais	13.843		13.843
Tributos a recuperar	17.696		17.696	Tributos a recolher	805	70.423	71.228
Dividendos a receber	81.125		81.125	Adiantamentos recebidos de clientes	29.899		29.899
Despesas antecipadas	3.302		3.302	Contas correntes com consorciadas	79.025		79.025
Demais contas a receber	12.619		12.619	Demais contas a pagar	17.930		17.930
	<u>285.506</u>		<u>285.506</u>		<u>183.892</u>	<u>70.423</u>	<u>254.315</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	532.477		532.477
Imposto de renda e contribuição diferidos	61.214		61.214	Debêntures	492.557		492.557
Sociedades da Organização Odebrecht e ligadas	720.307		720.307	Adiantamentos recebidos de clientes	341.116		341.116
Despesas antecipadas	4.821		4.821		<u>1.366.150</u>		<u>1.366.150</u>
Demais contas a receber	3.461		3.461				
	<u>789.803</u>		<u>789.803</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	1.778.512		1.778.512
Investimentos	2.317.495	(110.864)	2.206.631	Reservas de lucros	1.272.804	(174.010)	1.098.794
Imobilizado	123.090		123.090	Ajuste de avaliação patrimonial	(1.085.172)	(7.277)	(1.092.449)
Intangível	292		292		<u>1.966.144</u>	<u>(181.288)</u>	<u>1.784.857</u>
	<u>3.230.680</u>	<u>(110.864)</u>	<u>3.119.816</u>				
Total do ativo	<u>3.516.186</u>	<u>(110.864)</u>	<u>3.405.322</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.516.186</u>	<u>(110.864)</u>	<u>3.405.322</u>

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015

Ativo	Publicado	Efeitos de reapresentação	Reapresentado	Passivo e patrimônio líquido	Publicado	Efeitos de reapresentação	Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	133.293		133.293	Fornecedores e subempreiteiros	8.184		8.184
Contas a receber de clientes	92.445		92.445	Financiamentos	11.869		11.869
Estoques	3.404		3.404	Salários e encargos sociais	441		441
Tributos a recuperar	21.812		21.812	Tributos a recolher	373	82.082	82.455
Dividendos a receber	288.863		288.863	Adiantamentos recebidos de clientes	125.777	(43.895)	81.882
Despesas antecipadas	2.762		2.762	Contas correntes com consorciadas	86.687		86.687
Demais contas a receber	447		447	Demais contas a pagar	12.331		12.331
	<u>543.026</u>		<u>543.026</u>		<u>245.662</u>	<u>38.187</u>	<u>283.849</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	497.123		497.123
Contas a receber de clientes	62.017	(62.017)		Debêntures	467.973		467.973
Imposto de renda e contribuição diferidos	68.952		68.952	Adiantamentos recebidos de clientes	177.948		177.948
Sociedades da Organização Odebrecht e ligadas	641.258		641.258		<u>1.143.044</u>		<u>1.143.044</u>
Despesas antecipadas	2.518		2.518				
Demais contas a receber	4.327		4.327				
	<u>779.072</u>	<u>(62.017)</u>	<u>717.055</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	1.778.512		1.778.512
Investimentos	776.274	(139.990)	636.284	Reservas de lucros	2.474.192	(250.622)	2.223.570
Imobilizado	92.815		92.815	Ajuste de avaliação patrimonial	(3.449.977)	10.428	(3.439.549)
Intangível	246		246		<u>802.727</u>	<u>(240.194)</u>	<u>562.533</u>
	<u>1.648.407</u>	<u>(202.007)</u>	<u>1.446.400</u>				
Total do ativo	<u>2.191.433</u>	<u>(202.007)</u>	<u>1.989.426</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.191.433</u>	<u>(202.007)</u>	<u>1.989.426</u>

Odebrecht Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2015

	Publicado	Efeitos de reapresentação	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	234.107		234.107
Custos dos serviços prestados	(85.629)		(85.629)
Lucro bruto	148.478		148.478
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	(61.082)	(21.866)	(82.948)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.878		8.878
Resultado de equivalência patrimonial	1.205.254	(46.831)	1.158.423
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	1.301.528	(68.697)	1.232.831
Resultado financeiro, líquido	(119.167)	(7.915)	(127.082)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.182.361	(76.612)	1.105.749
Contribuição social e imposto de renda diferidos	7.737		7.737
Lucro líquido do exercício	1.190.098	(76.612)	1.113.486

(d) Demonstração do Fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2015

	Publicado	Efeitos de reapresentação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.182.361	(76.612)	1.105.749
Ajustes:			
Depreciação, amortização e exaustão	67.287		67.287
Resultado de participações societárias	(1.205.254)	46.831	(1.158.423)
Variação na receita de contratos de construção	(51.625)		(51.625)
Perda com ativo imobilizado e de gastos com projetos baixados	2.319		2.319
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	142.649		142.649
	137.737	(29.781)	107.956
Variação nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	8.665	62.017	70.682
Estoques	3.882		3.882
Tributos a recuperar	(4.116)		(4.116)
Despesas antecipadas	2.843		2.843
Demais contas a receber	11.305		11.305
Fornecedores	(10.907)		(10.907)
Tributos a recolher	(13.834)	11.659	(2.175)
Adiantamentos recebidos de clientes	(15.665)	(43.895)	(59.560)
Demais contas a pagar	2.063		2.063
Caixa proveniente das operações	121.973		121.973
Juros pagos	(41.195)		(41.195)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	80.778		80.778
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	(39.285)		(39.285)
Dividendos recebidos	185.222		185.222
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	145.937		145.937
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dívidas de curto e longo prazo, líquida			
Captações	5.701		5.701
Pagamentos	(178.523)		(178.523)
Partes relacionadas			
Recursos recebidos	2.019.141		2.019.141
Recursos liberados	(1.940.092)		(1.940.092)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(93.773)		(93.773)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	132.942		132.942
Representado por:			
Caixa e equivalentes de caixa, no início do exercício	351		351
Caixa e equivalentes de caixa, no final do exercício	133.293		133.293
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	132.942		132.942